

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BRIDGE

Relatório de Gestão do Exercício de 2018



Relatório de Actividades

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Anexos:

- I Demonstrações Financeiras
- II Mapa de Gastos e Rendimentos
- III Certificação Legal das Contas
- **IV Parecer do Conselho Fiscal**



Relatório de Actividades



1 - Introdução

No cumprimento dos preceitos estatutários, a Direcção da Federação Portuguesa de Bridge (FPB) apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2018.

2 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1 - Actividade Desportiva

A) Estatutos e Regulamentos Federativos

As alterações aos regulamentos efectuadas em 2018 tiveram por objectivo introduzir pequenas correcções, derivadas da execução prática dos mesmos, ou adaptá-los a novos requisitos provenientes da legislação do sector. Assim, foram alterados o Regulamento Técnico de Provas (RTP) e o Regulamento de Disciplina e Ética Desportiva (RDED).

B) Campeonatos Nacionais

Em 2018, foram organizadas, directamente pela FPB, as seguintes provas nacionais:

- Campeonato Nacional de Pares Femininos (14 pares)
- Campeonato Nacional de Pares Mistos (36 pares)
- Campeonato Nacional de Equipas de 2as Categorias (9 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 1ª Divisão (8 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão (5 equipas)
- Campeonato Nacional de Equipas Mistas (12 equipas)
- Campeonato Nacional de Equipas Open Fase Final (8 equipas)
- Campeonato Nacional de Pares Seniores (21 pares)
- Campeonato Nacional de Pares de Promoção (15 pares)
- Campeonato Nacional de Pares de 2as Categorias (20 pares)
- Taça de Portugal (12 equipas)

Foi ainda delegada a organização das seguintes provas nacionais:

- Campeonato Nacional de Pares Open ARBL (54 pares)
- Campeonato Nacional de Pares Sub-30 ABA (5 pares)
- Campeonato Nacional de Pares por Imps ARBN (30 pares)
- Campeonato Nacional de Equipas Open Fase de Apuramento ARBN (16 equipas)

As provas nacionais organizadas directamente pela FPB realizaram-se no Centro de Bridge de Lisboa (CBL).

Em comparação com o ano anterior, a participação global de equipas nos Campeonatos Nacionais manteve-se estável, tendo-se verificado um significativo aumento na participação de praticantes nas provas de pares (+ 17%), devido principalmente à expressiva participação que teve o Campeonato Nacional de Pares Open, prova delegada à ARBL.

Aos pares e equipas Campeões Nacionais foram atribuídas, respectivamente, medalhas e taças.

A FPB realizou ainda um Torneio destinado a seleccionar a Equipa Mista representante de Portugal no primeiro Campeonato de Equipas Mistas Nacionais da EBL, de 2019. Esta prova contou com a participação de 13 equipas.

Direcção			
,			



C) Selecções Nacionais

A actividade do Núcleo de Alta Competição (NAC) decorreu conforme planeado, com a realização de treinos quinzenais online, alguns dos quais contra formações estrangeiras.

Tendo em vista a preparação para os Campeonatos Europeus de 2018, as Selecções Nacionais Open e Feminina participaram num estágio organizado pelo Clube Idea Bridge de Turim, dirigido por Antonio Mortarotti, que contou igualmente com a participação das Selecções Nacionais Italianas. Do lado português estiveram presentes dois pares da Equipa Open (Sofia Pessoa – Nuno Paz e Paulo G. Pereira – Paulo Dias) e dois pares da Equipa Feminina (Anabela Oliveira – Alexandra Rosado e Ana M. Pereira – Billie Antunes). Do lado italiano, participaram a Equipa Open (Madala, Bianchedi, Bocchi, Donati, Duboin e Sementa), a equipa Sénior (Buratti, Failla, Comella, Mina, Pulga e Sabbatini), a equipa Feminina (Aghemo, Buratti, Campagnano, Colombo, Pomares e Preve) e uma equipa representativa do Clube Idea Bridge.

Ainda no âmbito da preparação da Equipa Open de Portugal, os pares Sofia Pessoa — Nuno Paz e Paulo Gonçalves Pereira — Paulo Dias participam no Campeonato de Equipas Open Italiano, integrados em duas equipas italianas.

Em Dezembro, no âmbito da preparação do NAC Júnior, uma equipa constituída por Carolina Pimenta, Miguel Ferreira, José Nuno Moraes e Miguel Ribeiro, participou no Festival Cidade de Milão.

Em Junho, teve lugar em Ostende (Bélgica), a 54º edição dos Campeonatos Europeus de Equipas Nacionais, nas categorias Open, Femininas e Seniores. Portugal esteve representado nas três provas em disputa.

A equipa Open, capitaneada por Rui Pinto, e constituída por Sofia Pessoa, Nuno Paz, Paulo Sarmento, João Barbosa, Paulo Gonçalves Pereira e Paulo Dias, classificou-se em 26º lugar, em 33 equipas, com uma média de 8,3 PV por encontro, um lugar acima da classificação obtida em 2016, mas com uma média de PVs por encontro inferior (9,1 em 2016).

A equipa Feminina, capitaneada por Juliano Barbosa, e constituída por Anabela Oliveira, Alexandra Rosado, Ana Magalhães Pereira, Billie Antunes, Rita Russo e Mariana Leitão, classificou-se em 11º lugar, em 23 equipas, com uma média de 9,9 PV por encontro, 7 lugares acima da classificação obtida em 2016, e com uma média de PVs superior (8,1 em 2016).

A equipa Sénior, capitaneada por Maria João Lara, e constituída por Maria João Lara, Manuel Capucho, Jorge Monteiro dos Santos, Rui Silva Santos, Luis Castano e Jorge Cruzeiro, classificou-se em 19º lugar, em 22 equipas, com uma média de 7,7 PV por encontro, 2 lugares abaixo da classificação obtida em 2016, mas com uma média de PVs superior (7,2 em 2016).

De salientar o excelente resultado da Equipa Feminina, que até quase ao final da prova ainda lutava pelo apuramento para o Campeonato do Mundo (8 primeiras classificadas) e que, desde o 10º lugar obtido em 1995 (Vilamoura) não obtinha um resultado tão positivo.



D) Grande Prémio de Portugal

A organização do Grande Prémio de Portugal (GPP) de 2018, à semelhança dos últimos anos, foi concessionada a Luís Ahrens Teixeira, tendo a FPB colaborado na divulgação e organização do evento.

O GPP de 2018 realizou-se de 8 a 13 de Maio, no Hotel Inglaterra, no Estoril, tendo contado com a participação de 16 equipas e 58 pares.

A FPB expressa o seu agradecimento às entidades que, com o seu apoio, tornaram possível a realização do GPP, em especial a Câmara Municipal de Cascais e a Arquicity - Arquitectura de Cidades Lda.

E) Provas Online

Em Maio, a FPB assinou um acordo com a GOTO GAMES, para a realização de torneios *online* homologados. Estes torneios, de 20 mãos, são abertos a qualquer assinante do FUN BRIDGE e tem uma periodicidade semanal (ao Domingo). Durante o ano de 2018 realizaram-se 28 torneios, com uma participação média de 34 jogadores.

F) Arbitragem

Em Fevereiro de 2018 foi ministrado, pelo Árbitro Nacional Luís Oliveira, um curso de arbitragem, na sequência do qual foram qualificados os seguintes Árbitros de Clube: Ana Sabater (3536), Carlos Pessoa (2851), Cidalina Carvalheiro (3264), Francisco Costa (2200), Isabel Fonseca (885), João Taborda (3654), João Vieira (3511), Jorge Barradas (3423), Paulo Santiago (3958) e Rita Arraiano (3889).

Em coordenação com o Conselho de Arbitragem e as Associações Regionais, foram proporcionados estágios de arbitragem em provas oficiais e particulares a árbitros Regionais e de Clube, tendo em vista a sua valorização técnica e a possibilidade de progredirem na carreira.

Com efeitos a partir do mês de Setembro, a Direcção da FPB estabeleceu um protocolo com o Centro de Bridge de Lisboa, S.A., de nomeação dos Árbitros dos principais torneios organizados por esta entidade.

G) Nomeações e Prémios

No âmbito da Gala do Desporto da Confederação do Desporto de Portugal, a Direcção da FPB nomeou Personalidade Desportiva do Ano_de 2018, o dirigente regional Gualter Cordeiro Dâmaso (nº 1756), organizador de 22 edições do Festival Internacional de Bridge dos Açores e que, desde 1998, exerce as funções de Presidente da Associação de Bridge dos Açores.

Direcção		



2.2 - Medidas Estruturantes

A) Divulgação do Bridge

A divulgação do Bridge realizou-se essencialmente através do fornecimento de cartazes, folhetos e outras publicações alusivas à modalidade, aos Clubes e Associações Regionais, e ainda de sessões de promoção da modalidade, em espaços públicos, eventos e conferências.

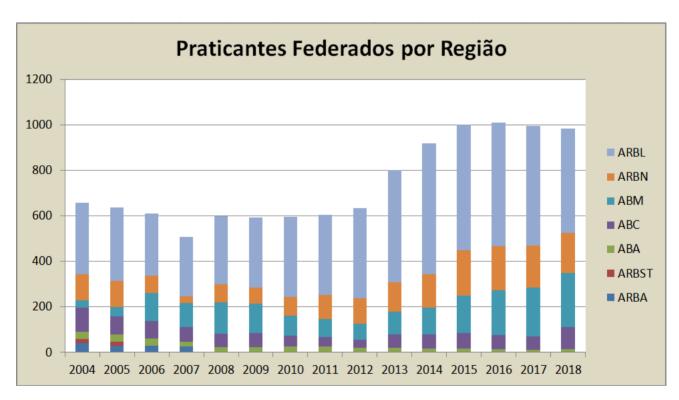
B) Captação e Fidelização de Praticantes

A Direcção da FPB deu continuidade ao programa de captação e fidelização de praticantes, criado em 2013.

Assim, durante o ano de 2018, inscreveram-se na FPB 157 novos praticantes; 42 praticantes, que no ano anterior não estavam licenciados, reactivaram a licença federativa.

No entanto, em 2108, 190 praticantes que estavam licenciados em 2017, não renovaram a sua inscrição, atingindo-se assim um total de 982 praticantes federados, o que representa um ligeiro decréscimo, face ao ano de 2017.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de praticantes federados, ao longo dos últimos 15 anos.



Salienta-se o significativo aumento do número de praticantes federados na Associação de Bridge do Centro (+ 63%).



Em termos da distribuição dos praticantes federados pelos diferentes escalões etários, ao longo dos últimos cinco anos, tem-se verificado uma estabilidade da proporção dos Veteranos (cerca de 51%) e um aumento da proporção dos Juniores (de 3% em 2012, para 21,9% em 2018).



C) Clubes de Bridge

Em 2018, inscreveram-se na FPB dois novos Clubes: o Nacional da Madeira, com 8 praticantes licenciados e o Clube de Leça da Palmeira, com 22 praticantes licenciados.

Globalmente, a FPB passou a contar com 36 Clubes filiados.

D) Formação

Como tem sido habitual, foram lançados dois programas de apoio financeiro à formação, um destinado a jovens e universitários (P1) e outro destinado a praticantes, árbitros, professores e dirigentes (P2).

No âmbito do Programa P1, os apoios financeiros concedidos totalizaram 3.881,12 €.

No âmbito do Programa P2, os apoios financeiros concedidos totalizaram 4.355,88 €, distribuídos da seguinte forma:

- praticantes 1.753,32 €;
- árbitros 1.087,80 €;
- professores 1.514,76 €.

No âmbito do Bridge Escolar, os apoios financeiros concedidos totalizaram 990,00 euros.

Ainda no âmbito da formação de árbitros, para além do curso de arbitragem referido no ponto 2.1, o Árbitro Nacional José Júlio Curado frequentou um *workshop* da EBL, realizado em Larnaca (Chipre), destinado a preparar árbitros que pretendem alcançar a categoria de Árbitro Internacional da EBL, tendo obtido a classificação "A".

No âmbito da formação de Professores/Monitores de Bridge, foram ministrados pelo formador Luís Oliveira, dois cursos de formação de monitores, o primeiro em Cascais, com a participação de 8 formandos, e o segundo na Figueira da Foz, com a participação de 11 formandos.

A formação de Árbitros e Professores foi objecto de apoio financeiro por parte do IPDJ, através de um Contrato-Programa destinado especificamente à Formação de Recursos Humanos.



2.3 - Gestão Administrativa

A gestão administrativa da FPB continuou a beneficiar da transferência da sede, dos serviços administrativos e do armazém para as novas instalações, realizada em 2013.

A gestão dos recursos humanos e materiais da FPB demonstrou que a localização conjunta dos serviços administrativos e do armazém foi uma decisão adequada.

Durante o ano de 2018 foi dada continuidade ao trabalho de organização do acervo documental da FPB e à recolha de livros de Bridge, tendo em vista o enriquecimento da Biblioteca da FPB. A todos os que contribuíram com donativos para esta iniciativa, a Direcção expressa o seu profundo agradecimento.

A Direcção iniciou um estudo destinado à substituição da actual aplicação de gestão da actividade desportiva.

Com efeitos a partir de Novembro, a FPB e ARBL acordaram na cedência de instalações, para efeitos de realização de provas regionais.

2.4 - Relação com Filiados e Praticantes

A comunicação com os Clubes, Associações Regionais e Praticantes, federados e não federados, continuou a ser uma preocupação central da Direcção da FPB.

Esta preocupação reflectiu-se nas seguintes medidas:

- a) Publicação de 2 edições do Boletim da FPB, em formato digital;
- b) Utilização da aplicação *Mailchimp* para divulgação dos Campeonatos Nacionais, principais decisões da Direcção e outros factos relevantes da actividade federativa;
- c) Publicação atempada, no portal da FPB, dos resultados dos Campeonatos Nacionais, da actividade do NAC e das decisões de todos os órgãos federativos;
- d) Divulgação e sensibilização dos praticantes para a regulamentação e procedimentos de Antidopagem.

2.5 - Ética, Justiça e Disciplina

O Prémio Fair Play Engenheiro Soares de Oliveira, destinado a recompensar o praticante que, ao longo de cada época desportiva, se tenha distinguido pelo seu comportamento, nomeadamente pelo conhecimento e respeito pelas regras do jogo, pela relação cordata com adversários, parceiros e árbitros, pela humildade nas vitórias e desportivismo nas derrotas, pelo respeito pelas decisões dos árbitros, e pela pontualidade, não foi atribuído em 2018, por não terem sido apresentadas candidaturas, conforme o regulamento em vigor.

A actividade do Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED), que visa promover os valores inerentes à prática desportiva, entre os quais o Fair Play, foi divulgada através do portal da FPB.

Direcção		



2.6 - Órgãos Sociais da FPB

A) Assembleia Geral

Realizaram-se as seguintes reuniões da Assembleia Geral da FPB:

- Assembleia Geral Ordinária, em 18/03/2018, destinada a aprovar o Relatório e Contas de 2017;
- Assembleia Geral Ordinária, em 25/11/2018, destinada a aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2019.

B) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou mensalmente a execução orçamental da FPB e procedeu à elaboração de pareceres relativos ao Relatório e Contas de 2017 e ao Plano de Actividades e Orçamento para 2019.

C) Conselho Técnico

O Conselho Técnico (CT) emitiu parecer favorável à disputa em knockout da fase de apuramento do Campeonato Nacional de Equipas Open.

D) Conselho de Arbitragem

Para além dos aspectos referidos no ponto 2.1 do presente relatório, o Conselho de Arbitragem (CA) procedeu à nomeação dos Directores de Torneio (DT) das provas nacionais. Foi mantido o critério da delegação da competência da nomeação dos DT às Associações Regionais, nos respectivos campeonatos.

E) Conselho de Justiça

Durante 2018, não foram submetidos processos de recurso ao Conselho de Justiça.

F) Conselho de Disciplina

No âmbito das suas funções, o Conselho de Disciplina (CD) teve a seguinte actividade:

- Autuação de 5 novos processos disciplinares;
- Emissão de 2 acórdãos com sanções disciplinares e 4 decisões de arquivamento.

2.7 - Relações Institucionais

A FPB participou, através do seu Presidente, na Assembleia Geral da EBL, realizada em Ostende, em Junho. Nesta reunião foi aprovado o Relatório de Contas da EBL de 2016-2017, discutido e aprovado o Orçamento para o biénio 2018-2019, e foram eleitos o novo Presidente e a nova Comissão Executiva da EBL.

Ao longo de 2018, a Direcção da FPB, em conjunto com a Direcção da ARBL, realizou contactos com a Divisão de Gestão da Oferta Desportiva da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em vista a preparação da participação da FPB no evento Lisboa Capital do Desporto 2021.

Em Setembro, o vogal da Direcção Nuno Baltazar participou numa reunião promovida pelo Comité Olímpico de Portugal (COP), destinada a discutir uma proposta de reforma da fiscalidade no Desporto.

2.8 - Obituário

A FPB registou, com profundo pesar, o falecimento dos praticantes Maria de Lourdes Moreira da Cruz (32), José Aragão (1441), Maria Helena Mateus (440), Eurico da Veiga (3370), Maria Deolinda Alexandrino (898), Silvino Augusto (2748), Miguel Slewinski (3006), João Ministro (2648) e Laximidas Gocaldas (1025).

ъ.	~
I Niro	ccão
שווע	ccau
	- 3



3 - Análise da Actividade e da Posição Financeira

No período de 2018, os resultados espelham a actividade desenvolvida pela FPB.

3.1 - Apresentação

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

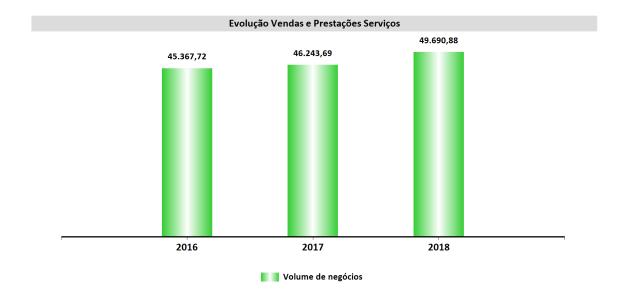
Integram o presente relatório os seguintes documentos:

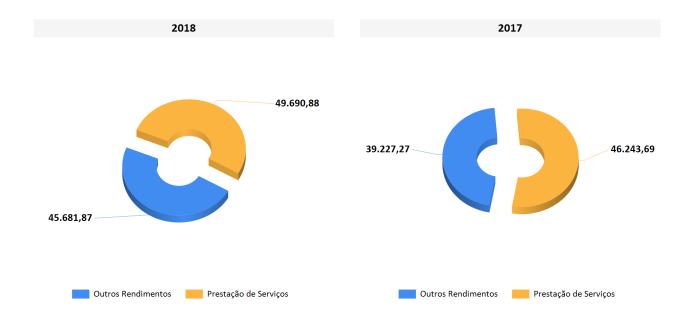
- Balanço
- Demostração de Resultados por Naturezas
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração dos Fundos Patrimoniais
- Demostrações Financeiras (anexo I)
- Mapa de gastos e rendimentos (anexo II)
- Certificação Legal das Contas (anexo III)
- Parecer do Conselho Fiscal (anexo IV).



3.2 - Atividade e Posição Financeira

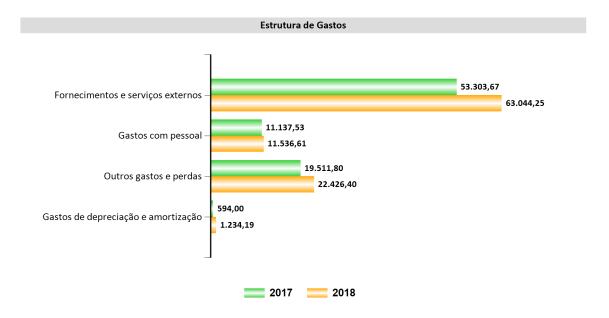
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

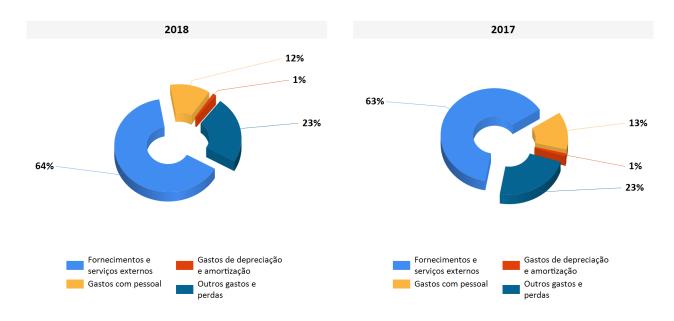






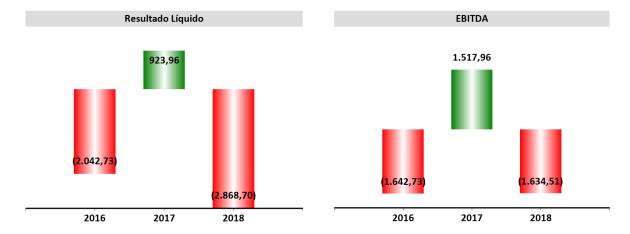
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da federação:







Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a federação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.





Os rácios financeiros traduzem relações entre as contas do Balanço, da Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa. São úteis para sintetizar a imensa informação financeira e ajudar à tomada de decisão, sendo que, a partir da utilização de rácios, é possível avaliar a performance e a saúde financeira da federação ao longo de diferentes períodos.

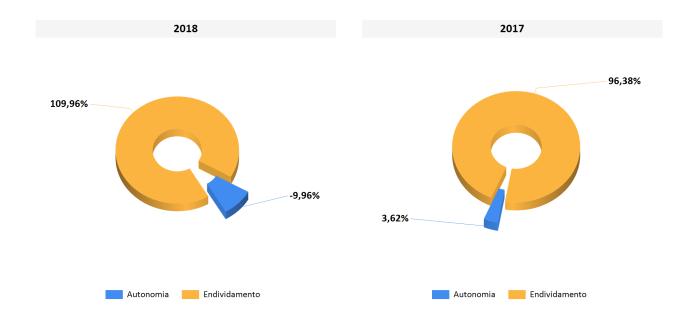
Autonomia Financeira: mostra ao gestor qual a percentagem dos ativos que está a ser financiada por fundos patrimoniais. É um dos indicadores mais utilizados na análise financeira. Quanto mais reduzido for o valor obtido por este rácio, maior é a dependência da empresa de fundos alheios. Por exemplo, se o rácio apresentar valores inferiores a 0,2, significa que a federação envolve riscos acrescidos, enquanto valores superiores a 0,5 indicam que o seu risco é baixo e que apresenta solidez financeira.

Autonomia Financeira = Fundos Patrimoniais/Ativo

Endividamento: Este rácio compara os fundos em dívida com os detidos pela federação. É a medida da capacidade, da federação, para responder adequadamente às suas obrigações em relação aos seus credores. À medida que o rácio de endividamento se aproxima da relação 1:1, há muito maior equilíbrio de interesses.

Endividamento = Passivo/Ativo

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da federação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





O Rácio de solvabilidade é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos activos da federação financiados por fundos patrimoniais versus financiados por fundos alheios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da federação. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Solvabilidade = Fundos Patrimoniais / Passivo

O Rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade da federação de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da federação, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a federação tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Liquidez Geral = Ativo corrente/Passivo corrente

		PERIODOS						
RUBRICAS	2018	2017	2016					
Autonomia	(0,10)	0,04	0,01					
Solvabilidade	(0,09)	0,04	0,01					
Liquidez Geral	1,39	1,62	1,46					

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da federação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017		
Ativo não corrente	1.964,00	9 %	2.558,00	11 %	
Ativo corrente	20.172,82	91 %	21.175,12	89 %	
Total ativo	22.136,82		23.733,12		

RUBRICAS	2018		2017		
Capital Próprio	(2.203,98)	-10 %	858,72	4 %	
Passivo não corrente	9.834,75	44 %	9.834,75	41 %	
Passivo corrente	14.506,05	66 %	13.039,65	55 %	
Total Capital Próprio e Passivo	22.136,82		23.733,12		

3.3 - Trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo n^{o} de efetivos.

Não se encontram estabelecidos beneficios a longo prazo para funcionários.

	PERIODOS						
RUBRICAS	2018	2017	2016				
Gastos com Pessoal	11.536,61	11.137,53	10.748,96				
№ Médio de Pessoas	1,00	1,00	1,00				
Gasto Médio por Pessoa	11.536,61	11.137,53	10.748,96				



3.4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

Comparativamente com o Orçamento de 2018, aprovado pela Assembleia Geral da FPB, a despesa global ficou 456,55 euros abaixo do valor orçamentado e a receita 3.325,25 euros abaixo do valor orçamentado, o que originou um resultado líquido de (2.868,70) euros no exercício de 2018, incluindo as amortizações.

Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS							
ANO 2018							
Resultados Transitados	(2.868,70)						

Se excluirmos as amortizações, o resultado operacional do exercício ascendeu a (1.234,19) euros.

3.5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

3.6 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Bridge não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Direção e os delegados à Assembleia Geral, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A FPB não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela FPB.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal, nem perante a Segurança Social.

A 07 de Março de 2019

Pela Direção

Inocêncio Araújo (Presidente da FPB)



Balanço

2



Balanço - (modelo para ESNL) em 31-12-2018

(montantes em euros)

DATAS RUBRICAS NOTAS 2018 2017 ATIVO Ativo não corrente Ativos fixos tangíveis 5 1.964,00 2.558,00 1.964,00 2.558,00 Ativo corrente Créditos a receber 10 7.945,12 7.991,13 9 3,00 Estado e outros entes públicos 3,00 370,18 Diferimentos 10 784,35 4 11.440,35 12.810,81 Caixa e depósitos bancários 21.175,12 20.172,82 Total do ativo 22.136,82 23.733,12 **FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO Fundos patrimoniais** Fundos 10 7.481,97 7.481,97 (14.242,06) (15.166,02) Resultados transitados 10 Excedentes de revalorização 10 1.164,00 1.358,00 6.260,81 Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais 10 6.260,81 Resultado líquido do período (2.868,70)923,96 Total dos fundos patrimoniais (2.203,98)858,72 Passivo Passivo não corrente 7 Provisões 9.834,75 9.834,75 9.834,75 9.834,75 Passivo corrente Fornecedores 10 5.508,42 4.483,65 Estado e outros entes públicos 9 899,76 446,60 8.097,87 8.109,40 Outros passivos correntes 10 14.506,05 13.039,65 22.874,40 Total do passivo 24.340,80

Contabilista Certificado Direção

22.136,82

23.733,12

Total dos fundos patrimoniais e do passivo



Demonstração de Resultados por Naturezas

3



Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do periodo findo em 31-12-2018 (montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS -	PERÍODO	OS
RENDIIVIENTOS E GASTOS	NOTAS -	2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	49.690,88	46.243,69
Subsídios, doações e legados à exploração	8	27.000,00	25.500,00
Fornecimentos e serviços externos	12	(63.044,25)	(53.303,67)
Gastos com o pessoal	11	(11.536,61)	(11.137,53)
Outros rendimentos	6	18.681,87	13.727,27
Outros gastos	12	(22.426,40)	(19.511,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1.634,51)	1.517,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(1.234,19)	(594,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.868,70)	923,96
Resultado antes de impostos		(2.868,70)	923,96
Resultado líquido do período		(2.868,70)	923,96



Demonstração dos Fluxos de Caixa 4



Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) do periodo findo em 31-12-2018 (montantes em euros)

PERÍODO

RUBRICAS	NOTAS —		
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	10	85.244,22	76.457,79
Pagamentos a fornecedores	10	73.456,67	53.659,63
Pagamentos ao pessoal		8.384,16	11.229,63
Caixa gerada pelas operaçõ	es	3.403,39	11.568,53
Outros recebimentos/pagamentos		(4.133,66)	(10.003,17)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(730,27)	1.565,36
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	640,19	
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(640,19)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento ((3)		
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.370,46)	1.565,36
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	12.810,81	11.245,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	11.440,35	12.810,81



Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

5



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do periodo findo em 31-12-2018 (montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018 6		7.481,97			(15.166,02)	1.358,00	6.260,81	923,96	858,72		858,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					923,96	(194,00)		(923,96)	(194,00)		(194,00)
7					923,96	(194,00)		(923,96)	(194,00)		(194,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								(2.868,70)	(2.868,70)		(2.868,70)
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								(3.062,70)	(3.062,70)		(3.062,70)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 6+7+8+10		7.481,97			(14.242,06)	1.164,00	6.260,81	(2.868,70)	(2.203,98)		(2.203,98)



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do periodo findo em 31-12-2018 (montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 1		7.481,97			(13.123,29)	1.552,00	6.260,81	(2.042,73)	128,76		128,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(2.042,73)	(194,00)		2.042,73	(194,00)		(194,00)
2					(2.042,73)	(194,00)		2.042,73	(194,00)		(194,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								923,96	923,96		923,96
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								729,96	729,96		729,96
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6=1+2+3+5		7.481,97			(15.166,02)	1.358,00	6.260,81	923,96	858,72		858,72



Anexo I

Demonstrações Financeiras



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Federação Portuguesa de Bridge.

1.2. Sede

Rua Amélia Rey Colaço, № 46 D, Carnaxide.

1.3. Natureza da atividade

Promoção, desenvolvimento, organização, regulamentação, direção e difusão do ensino e prática do Bridge.

A federação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Carnaxide sob o número 501302115.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da federação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acréscimo)

A federação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A federação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.



2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da federação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A federação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a federação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico 3-8 anos

Equipamento administrativo 3-8 anos

Outros ativos tangíveis 3-8 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a federação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.



Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de caixa e seus equivalentes detalha-se como segue:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2,41	485,20	361,61	126,00
Depósitos à ordem	2.973,65	87.596,26	89.090,31	1.479,60
Outros depósitos bancários	9.834,75			9.834,75
Total	12.810,81	88.081,46	89.451,92	11.440,35

4.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.



5 - Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			33.587,35		23.627,02		685,82			57.900,19
Depreciações acumuladas			31.029,35		23.627,02		685,82			55.342,19
Saldo no início do período			2.558,00							2.558,00
Variações do período			(594,00)							(594,00)
Total de aumentos			165,00		475,19					640,19
Aquisições em primeira mão			165,00		475,19					640,19
Total diminuições			759,00		475,19					1.234,19
Depreciações do período			759,00		475,19					1.234,19
Saldo no fim do período			1.964,00							1.964,00
Valor bruto no fim do período			33.752,35		24.102,21		685,82			58.540,38
Depreciações acumuladas no fim do período			31.788,35		24.102,21		685,82			56.576,38

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			33.587,35		23.627,02		685,82			57.900,19
Depreciações acumuladas			30.435,35		23.627,02		685,82			54.748,19
Saldo no início do período			3.152,00							3.152,00
Variações do período			(594,00)							(594,00)
Total de aumentos										
Total diminuições			594,00							594,00
Depreciações do período			594,00							594,00
Saldo no fim do período			2.558,00							2.558,00
Valor bruto no fim do período			33.587,35		23.627,02		685,82			57.900,19
Depreciações acumuladas no fim do período			31.029,35		23.627,02		685,82			55.342,19



6 - Rédito

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior	
Prestação de serviços	49.690,88	46.243,69	
Outros réditos	45.681,87	39.227,27	
Total	95.372,75	85.470,96	

A rubrica de outros rédito encontra-se dividida principalmente em subsídios (27.000,00 euros, nota 8) donativos (4.250,00 euros, nota 6.3).

6.3. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

	PERIODOS						
RUBRICAS	2018	2017	2016				
Outros Rendimentos	18.681,87	13.727,27	29.265,25				
Rendimentos Suplementares	18.349,87	13.503,86	29.265,25				
Correções Relativas a Exercicíos Anteriores	138,00	29,41					
Outros	194,00	194,00					

A rubrica de outros rendimentos corresponde na sua maioria a rendimentos suplementares, que são constituídos na sua maioria por donativos, conforme se detalha:

Svep - 250,00 euros **Reagro** - 2.000,00 euros **Arquicity** - 2.000,00 euros



7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

7.1. Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judicias curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			9.834,75						9.834,75
Variações no período									
Aumentos do período									
Diminuições do período									
Saldo no fim do período			9.834,75						9.834,75
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Federação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

8.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Os subsídios atribuídos a Federação em 2018 dividem da seguinte forma:

IPDJ - 26.000 euros

Câmara Municipal de Coimbra - 1.000 euros

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent Valor Atribuído Período	Outras Ent Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	24.000,00	26.000,00	26.000,00	1.500,00	1.000,00	1.000,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídos ao investimento									
De subsídos à exploração									
Total	24.000,00	26.000,00	26.000,00	1.500,00	1.000,00	1.000,00			





9 - Impostos e contribuições

9.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos	3,00	702,60	3,00	257,50
Contribuições para a Segurança Social		197,16		189,10
Total	3,00	899,76	3,00	446,60

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da federação dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontrase sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.



10 - Instrumentos financeiros

10.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros detidos pela Federação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

10.2. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconheciment o Inicial
Ativos financeiros:			7.945,12		
Clientes e utentes			7.472,18		
Outras contas a receber			472,94		
Passivos financeiros:			13.606,29		
Fornecedores			5.508,42		
Outras contas a pagar			8.097,87		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

10.3. Diferimentos de gastos a reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 784,35 euros.

As principais quantias de gastos a reconhecer:

Nome	Valor			
Seguros	103,08			
Alojamento	232,25			
Aluguer equipamento	49,02			
Deslocações EBL	400,00			

10.4. Fundos patrimoniais

A variação ocorrida, nos anos de 2017 e 2018, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.



11 - Benefícios dos empregados

11.1. Gastos com pessoal

A 31 de dezembro de 2018 o número de colaboradores era de 1.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para o funcionário.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior	
Gastos com o pessoal	11.536,61	11.137,53	
Remunerações do pessoal	9.332,48	9.011,36	
Encargos sobre as remunerações	1.850,36	1.779,74	
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	197,77	190,43	
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	156,00	156,00	



ANEXO DO ANO DE 2018

12 - Outras informações

12.1. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

	PERIODOS					
RUBRICAS	2018	2017	2016			
Outros Gastos	22.426,40	19.511,80	27.320,25			
Impostos	5,96	5,96	6,76			
Correções de Exercicios Anteriores		1.462,99				
Quotizações	1.953,30	2.059,09	2.054,88			
Outros	20.467,14	10.231,62	25.258,61			

Os principais gastos incluídos em "outros", discriminam-se da seguinte forma:

Apoios monetários - 4.428,50 euros

Provas Internacionais - 6.500,00 euros

Taxas de licenciamento - 5.444,34 euros

12.2. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	15.621,65	14.629,15
Trabalhos especializados	7.996,08	6.554,67
Honorários	7.398,17	7.771,20
Conservação e reparação	14,48	90,36
Outros	212,92	212,92
Materiais	749,10	1.165,42
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	344,40	825,33
Material de escritório	404,70	340,09
Energia e fluidos	1.520,20	1.432,75
Eletricidade	998,08	964,94
Água	522,12	467,81
Deslocações, estadas e transportes	24.037,67	20.050,80
Deslocações e estadas	23.441,27	19.465,40
Transportes de pessoal	596,40	585,40
Serviços diversos	21.115,63	16.025,55
Rendas e alugueres	18.442,24	13.041,87
Comunicação	1.610,92	1.707,72
Seguros	1.062,47	1.061,49
Limpeza, higiene e conforto		24,68
Outros serviços		189,79
Total	63.044,25	53.303,67

Direção Contabilista Certificado



ANEXO DO ANO DE 2018

13 - Acontecimentos após data de balanço

13.1. Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou; A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.
- b) Indicação sobre se os associados, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data. Os associados da federação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.
- 13.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção Contabilista Certificado



Anexo II

Mapa de Gastos

e Rendimentos



ANEXO II – MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS CONTABILIDADE ANALÍTICA DA FPB - 2018 (GASTOS E PERDAS)

					GASTOS E PERDAS	Orçamento 2018		Realizado 2018	
90					Organização e Gestão da FPB	,	42 820,00		41 480,37
90	1				Gastos de Organização e Gestão				
90	1	1			Fornecimentos e Serviços				
90	1	1	1		Trabalhos Especializados				
90	1	1	1	1	Contabilidade	5 100,00		5 608,00	
90	1	1	1	2	Revisão e Certificação de Contas	1 230,00		1 230,00	
90	1	1	1	3	Assistência Técnica	440,00		495,78	
90	1	1	2		Honorários	6 624,00		5 065,00	
90	1	1	3		Serviços Bancários	260,00		218,88	
90	1	1	4		Conservação e Reparação das Instalações	200,00		210,00	
90	1	1	4	1	Limpeza, Higiene e Conforto	100,00		14,48	
90	1	1	4	2	Electricidade	1 000,00		998,08	
90	1	1	4	3	Água	425,00		522,12	
90	1	1	5	3	Material de Escritório	1			
-		_				600,00		205,43	
90	1	1	6 7		Deslocações e Estadias	336,00		388,00	
90	1	1			Transporte do Pessoal	570,00		596,40	
90	1	1	8	1	Rendas e Alugueres	0.600.00		0.600.00	
90	1	1	8	1	Instalações	9 600,00		9 600,00	
90	1	1	8	2	Equipamentos	565,44		580,64	
90	1	1	9		Despachos e Portes	290,36		20,98	
90	1	1	10		Comunicações	1 000,00		1 029,12	
90	1	1	11		Seguros das instalações	200,00		78,10	
90	1	1	12		Domínio e alojamento portal FPB	250,00		229,82	
90	1	2			Gastos com Pessoal				
90	1	2	1		Remunerações do Pessoal	9 124,17		9 332,48	
90	1	2	2		Encargos Sobre Remunerações	1 799,03		1 850,36	
90	1	2	3		Seguros de Acidentes de Trabalho	200,00		197,77	
90	1	2	4		Segurança e Medicina no Trabalho	156,00		156,00	
90	1	3			Quotizações Nacionais e Internacionais				
90	1	3	1		WBF	780,00		688,00	
90	1	3	2		EBL	900,00		885,30	
90	1	3	3		CDP	380,00		380,00	
90	1	3	4		COP	0,00		0,00	
90	1	4			Deslocação de Delegados à Assembleia Geral	800,00		68,64	
90	1	5			Gastos e Perdas de Financiamento				
90	1	5	1		Juros Suportados	0,00		0,00	
90	1	5	2		Serviços Bancários	0,00		0,00	
90	1	6			Contencioso e Notariado	0,00		0,00	
90	1	7			Impostos	0,00		0,00	
90	1	8			Despesas de Representação	0,00		0,00	
90	1	9			Correcções relativas a períodos anteriores	0,00		0,00	
90	1	10			Gastos de depreciação e amortização	0,00		1 040,19	
91					Desenvolvimento da Actividade Desportiva		22 378,00		24 587,22
91	1				Gastos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva		,		,
91	1	1			Entrega às AR de 25% das taxas licenciamento				
91	1	1	1		Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	3 375,00		3 172,47	
91	1	1	2		Associação Regional de Bridge Norte	1 125,00		1 198,50	
91	1	1	3		Associação Regional de Bridge Centro	350,00		419,25	
91	1	1	4		Associação Regional de Bridge Madeira	400,00		474,12	
91	1	1	5		Associação Regional de Bridge Açores	135,00		180,00	
91	1	2	Ť		Festivais	200,00		200,00	
91	1	2	1		Grande Prémio de Portugal	5 100,00		1 098,00	
91	1	2	2		Outros Festivais	2 500,00		1 003,50	
91	1	2	3		Outros Provas	0,00		1 285,44	
JΙ			ر ا		Outiu3 1 10 va3	0,00		1 200,44	

Direcção Contabilista Certificado



_									
91	1	3			Provas Nacionais				
91	1	3	1		Arbitragem	2 523,00		3 143,78	
91	1	3	1	1	Honorários			[952,05]	
91	1	3	1	2	Deslocações e Estadias			[2 191,73]	
91	1	3	2		Utilização de Equipamento Informático	210,00		218,00	
91	1	3	3		Aluguer de Salas	2 780,00		7 459,60	
91	1	3	4		Material de Desgaste Rápido	0,00		344,40	
91	1	3	5		Prémios e Troféus	1 280,00		499,57	
91	1	3	6		Deslocações e Estadias	0,00		0,00	
91	1	4			Aquisição de Equipamento Desportivo	1 000,00		2 774,48	
91	1	5			Divulgação do Bridge	200,00		171,74	
91	1	6			Captação de Novos Praticantes	200,00		75,00	
91	1	7			Fidelização de Praticantes	200,00		85,00	
91	1	8			Seguro dos Praticantes	1 000,00		984,37	
91	1	9			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00		0,00	
91	1	10			Gastos de Depreciação e Amortização	0,00		0,00	
92					Formação		10 000,00		9 227,00
92	1				Gastos de Formação				
92	1	1			Bridge Escolar	1 000,00		990,00	
92	1	1	1		Honorários				
92	1	1	2		Deslocações e Estadias				
92	1	1	3		Material Pedagógico				
92	1	2			Jovens e Universitários (P1)	4 000,00		3 881,12	
92	1	2	1		Honorários			,	
92	1	2	2		Deslocações e Estadias				
92	1	2	3		Material Pedagógico				
92	1	3			Outros Praticantes (P2)	2 500,00		1 753,32	
92	1	3	1		Honorários			, .	
92	1	3	2		Deslocações e Estadias				
92	1	3	3		Material Pedagógico				
92	1	4			Árbitros (P2)	1 500,00		1 087,80	
92	1	4	1		Honorários			= 001,00	
92	1	4	2		Deslocações e Estadias				
92	1	4	3		Material Pedagógico				
92	1	5			Outros agentes (Professores e Dirigentes - P2)	1 000,00		1 514,76	
92	1	5	1		Honorários	1 000,00		101.,70	
92	1	5	2		Deslocações e Estadias				
92	1	5	3		Material Pedagógico				
<u> </u>	_		J		Triaterial i edugogico				
93					Selecções Nacionais		23 500,00		22 752,86
93	1				Inscrições		25 500,00		22 7 5 2 , 6 6
93	1	1			Selecção Open	3 500,00		2 500,00	
93	1	2			Selecção Feminina	3 250,00		2 000,00	
93	1	3			Selecção Sénior	0,00		2 000,00	
93	1	4			Selecção Júnior	0,00		0,00	
93	2	-			Deslocações e Estadias	0,00		0,00	
93	2	1			Selecção Open	7 909,00		8 898,43	
93	2	2			Selecção Open Selecção Feminina	5 831,00		4 704,00	
93	2	3			Selecção Sénior	0,00		•	
93	2	4						0,00	
93	3	4			Selecção Júnior	0,00		0,00	
-		- 1			Preparação	0.00		0.00	
93	3	2			Aluguer de Salas	0,00		0,00	
93	3				Deslocações e Estadias	1 650,00		1 837,93	
93	3	3			Inscrições	1 360,00		812,50	
\vdash					TOTAL DE CACTOS E DEDDAS		00.000.00		00.047.45
					TOTAL DE GASTOS E PERDAS		98 698,00		98 047,45

Direcção Contabilista Certificado



ANEXO II – MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS

CONTABILIDADE ANALÍTICA DA FPB - 2018 (RENDIMENTOS E GANHOS)

					RENDIMENTOS E GANHOS	Orçamento 2018		Realizado 2018	
90	2				Rendimentos de Organização e Gestão		36 765,00		37 592,27
90	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
90	2	1	1		IPDJ	6 000,00		8 000,00	
90	2	2			Quotizações				
90	2	2	1		Agrupamentos de Clubes				
90	2	2	1	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	1 350,00		1 275,00	
90	2	2	1	2	Associação Regional de Bridge Norte	450,00		525,00	
90	2	2	1	3	Associação Regional de Bridge Centro	450,00		450,00	
90	2	2	1	4	Associação Regional de Bridge Madeira	300,00		375,00	
90	2	2	1	5	Associação Regional de Bridge Açores	75,00		75,00	
90	2	2	2		Praticantes				
90	2	2	2	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	13 500,00		12 575,50	
90	2	2	2	2	Associação Regional de Bridge Norte	4 500,00		4 794,00	
90	2	2	2	3	Associação Regional de Bridge Centro	1 400,00		1 677,00	
90	2	2	2	4	Associação Regional de Bridge Madeira	1 600,00		1 896,50	
90	2	2	2	5	Associação Regional de Bridge Açores	540,00		720,00	
90	2	3			Cedência de Material	2 000,00		4 955,91	
90	2	4			Cedência de Instalações	900,00		3 701,60	
90	2	5			Duplicação de Jogos e Diagramas	1 250,00		1 537,36	
90	2	6			Apoio às Arbitragens	900,00		1 500,00	
90	2	7			Recuperação de Pontos de Ranking e Transferências	50,00		100,00	
90	2	8			Donativos	1 500,00		2 250,00	
90	2	9			Recuperação de Gastos de Contencioso	0,00		0,00	
90	2	10			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00		0,00	
91	2				Rendimentos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva		42 733,00		33 163,88
91	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
91	2	1	1		IPDJ	5 000,00		5 000,00	
91	2	1	2		Outras Entidades	0,00		1 000,00	
91	2	2			Provas Nacionais				
91	2	2	1		Organizadas pela FPB	10 086,00		11 213,25	
91	2	2	2		Organização Delegada	2 067,00		1 982,63	
91	2	3			Homologações				
91	2	3	1		Festivais	3 000,00		2 592,70	
91	2	3	2		Torneios Particulares	4 000,00		3 266,40	
91	2	3	3		Simultâneos	4 680,00		4 342,80	
91	2	3	4		Provas Regionais Não Isentas	1 000,00		1 076,80	
91	2	3	5		Provas Online	0,00		671,30	
91	2	4			Donativos				
91	2	4	1		Grande Prémio de Portugal	9 200,00		0,00	
91	2	4	2		Outros	3 700,00		0,00	
91	2	5			Outros Rendimentos				
91	2	5	1		Arbitragem	0,00		1 880,00	
91	2	9			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00		138,00	
92	2				Rendimentos da Formação		10 000,00		7 425,00
92	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
92	2	1	1		IPDJ – Prática Desportiva Juvenil	5 000,00		5 000,00	
92	2	1	2		IPDJ – Formação de Recursos Humanos	5 000,00		2 000,00	
92	2	2			Inscrições em Acções de Formação	0,00		425,00	
93	2				Rendimentos das Selecções Nacionais		9 200,00		8 000,00
93	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
93	2	1	1		IPDJ	8 000,00		6 000,00	
93	2	2			Donativos	1 200,00		2 000,00	
					TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS		98 698,00		95 178,75
Dire	~~~	_						Contabilista	C: £: I -

Direcção Contabilista Certificado



Anexo III

Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Federação Portuguesa de Bridge, que compreendem a o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 22.137 euros e um total dos fundos patrimoniais negativos de 2.204 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.869 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Federação Portuguesa de Bridge, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Federação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

O órgão da direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Federação de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Federação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Federação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Federação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Federação descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Federação, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de março de 2019

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181) representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



Anexo IV

Parecer do Conselho Fiscal



CONSELHO FISCAL

PARECER

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão apresentado pela Direcção, incluindo os documentos de prestação de contas, e ainda o relatório de certificação legal das contas apresentado pelo Revisor Oficial de Contas, concluindo que tudo se encontra em boa ordem e que os documentos de prestação de contas permitem uma boa compreensão da posição financeira e dos resultados da actividade da Federação Portuguesa de Bridge, com referência a 31 de Dezembro de 2018.

Nesta conformidade, é de parecer que a Assembleia Geral da FPB aprove o dito Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Lisboa, 22 de Março de 2019

O Conselho Fiscal:

Francisco Ventura Ramos (Presidente):

Sulina Maria Cruz Pimenta (Vogal):

Ana Maria Augusto Ribeiro (Vogal):